

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Processo nº 1000000009

Assunto: CONTRATAÇÃO DO CURSO “COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS”. ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A.

Interessados: APPA/GTEC

Parecer Jurídico nº 55/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO. ART. 30, RILC. REQUISITOS ATENDIDOS.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de contratação direta por inexigibilidade de instauração de certame licitatório, para a contratação de 06 (seis) vagas para participação no Curso Prático Elaboração de Pareceres Jurídicos na Nova Lei de Licitações, ministrado pelo Grupo CLG Treinamento Profissional Ltda, com carga horária de 20 horas (16h horas ao vivo e 04h gravadas), nos dias 21/02 e 23/02.

2. O protocolo veio instruído com os seguintes documentos:

DOCUMENTO
CI 27/2024
Termo de Referência
Proposta Comercial
Contrato social e certidões negativas
Justificativa de preço

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Aprovação Diretor Presidente
Manifestação COLIC
Manifestação CSUPR

3. É, em síntese, o relatório.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / [Linkedin: portosdoparana](#) / [Instagram: @portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

9. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

10. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

11. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

12. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

13. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

14. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

III. DO MÉRITO

III.1 DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

15. Conforme exposto inicialmente, trata-se de contratação de 06 (seis) vagas para participação no Curso Prático Elaboração de Pareceres Jurídicos na Nova Lei de Licitações, ministrado

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

pelo Grupo CLG Treinamento Profissional Ltda, com carga horária de 20 horas (16h horas ao vivo e 04h gravadas), nos dias 21/02 e 23/02.

16. No que se refere à contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, dispõe o art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

17. É oportuno registrar que quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de possibilidade de competição entre os possíveis fornecedores de bens e serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se esse procedimento, deverá ele ser sempre devidamente fundamentado, já que se estaria diante de uma exceção a um dos princípios que regem as contratações públicas.

18. No caso em análise, o que se pretende é a condução de colaboradores da APPA para participação no Curso Prático Elaboração de Pareceres Jurídicos na Nova Lei de Licitações,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

conforme demais especificações e elementos contidos no termo de referência, amoldando-se à hipótese legal descrita acima, eis que se trata de curso de capacitação ministrado por instituição notoriamente especializada.

19. Nesse viés, a formatação de um curso depende de aspectos incomparáveis, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a qualificação dos professores, entre outros. Adicione-se que o termo de referência traz elementos que denotam a notória especialidade da empresa que se pretende contratar, conforme se verifica do excerto retirado do Termo de Referência:

O objetivo ao proporcionar a participação dos colaboradores no referido curso é viabilizar a constante qualificação e aprimoramento dos servidores envolvidos nas contratações realizadas por esta Empresa Pública, a fim de que os colaboradores participantes possam atuar com segurança e contribuir para a eficácia e manutenção das melhores práticas na condução dos processos de contratação.

Além disso, ao oferecer a devida capacitação aos funcionários tem-se melhorias de produtividade, vez que a partir dos treinamentos os colaboradores adquirem habilidades teóricas e técnicas imprescindíveis para sua atividade profissional.

Não obstante, convém destacar que a escolha do Grupo CLG (Capacitação em Licitações e Gestão) decorre do fato de o mesmo ter sido criado e idealizado pela equipe do @jurisprudencia.tcu, a qual está há anos publicando conteúdos específicos acerca de Licitações, Contratos, Direito Financeiro, Estatais e Gestão Pública em geral. O Grupo objetiva agregar os maiores especialistas em Licitações e Contratos do país, possibilitando a oferta de cursos de capacitação de excelência e de qualidade elevada tanto para profissionais do setor privado, quanto para servidores públicos.

O Grupo CLG obtém reconhecimento de mercado sobre a qualidade e a confiança das informações produzidas pelo mesmo. Ainda, considera-se que os temas abordados no curso serão de grande valia para os colaboradores da APPA, eis que intimamente ligados com a rotina laboral dos participantes.

Compete à Administração prover programa de qualificação aos seus servidores, cujas atividades contemplem – além de outros aspectos – a formação e atualização necessárias para seu desempenho funcional, sendo o curso, objeto deste Termo, direcionado aos colaboradores que atuam diretamente com os conteúdos tratados em aula.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

20. No mesmo sentido são as informações trazidas pela CLG Treinamento Profissional Ltda em sua proposta comercial. Nela, a empresa expõe diversas vantagens do curso e apresenta a qualificação do professor:



BRUNO VERZANI LIMA DE ALMEIDA

Procurador do Estado do RJ, Ex-Procurador do Município de Campinas e Ex-Oficial do Quadro Técnico de Direito da Marinha. Foi assessor jurídico da Rede Mário Gatti de Campinas, assessor jurídico da SEEDUC-RJ, e atualmente trabalha na Coordenadoria do Sistema Jurídico da PGE-RJ. Co-autor do livro “Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada” e autor dos Ebooks “Nova Lei de Licitações Esquemática” e “Jurisprudência do TCU por Temas”. Representante da PGE-RJ no comitê Executivo de regulamentação e implementação da Nova Lei de Licitações no Estado do Rio de Janeiro.

- Grupo no WhatsApp para atualização permanente
- Treinamento atualizado de acordo com a Nova Lei de Licitações e com os atos normativos pertinentes mais recentes;
- Análise dos aspectos técnicos e jurídicos relacionados às contratações públicas;
- Estudo de acórdãos do TCU e casos concretos;
- Exposição das cautelas necessárias para a aplicação da nova lei;
- Possibilidade de *networking* e troca de informações e experiências com profissionais da área;
- Professores especializados e com vasta experiência na matéria;
- Módulo com exercícios práticos, aliando teoria e prática;
- Profissionalismo, pontualidade, compromisso pedagógico e corpo docente diferenciado.

21. Assim, diante das informações trazidas pelo protocolo, vê-se que se trata de contratação que envolve certo grau de intelectualidade e especialidade em seu núcleo, de tal sorte que a intelectualidade é elemento subjetivo, ou seja, não há como comparar o intelecto.

22. Ainda, a notória especialização está diretamente relacionada à relação de confiança. Explica-se: o detentor de notória especialização faz presumir a execução de um serviço satisfatório, de qualidade inquestionável, pois além de contar com renome, possui um conjunto de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

fatores e condições que proporciona ao contratante a confiança de que ele é o mais adequado para prestar o serviço.

23. Assim, pode-se concluir que a soma de informações sobre a eventual prestadora de serviços, de vasta experiência, publicações, desempenhos anteriores, organização, equipe técnica, dentre outros, é o que valida sua escolha e, por conseguinte, a contratação por inexigibilidade.

24. Por outro lado, convém destacar que, em que pese seja prescindível a realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

25. Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar”.
(Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

26. Conforme se verifica da documentação apresentada, o preço foi devidamente justificado. Isso porque, ao analisar a proposta de preços da CLG, constata-se que o valor por participante é de R\$ 997,00. Tal valor equivale àquele cobrado pela empresa de todos os demais participantes, conforme retira-se do site da organizadora¹. Ademais, a contratada concedeu, para além de 03 inscrições pagas, mais três inscrições de cortesia, totalizando 06 empregados beneficiados pelo curso. Confira-se excerto da proposta comercial:

¹ <https://grupoclg.com.br/curso-elaboracao-parecer-juridico-nova-lei-licitacoes/>
Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143
www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

CURSO:	Valor por aluno	Valor para 6 alunos
ELABORAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	R\$ 997,00	R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais)

IMPORTANTE: O pagamento poderá ser realizado via nota de empenho e a cada 3 inscrições o Órgão terá direito a uma gratuita.

27. Dessa forma, a DJU entende que restam preenchidos os requisitos para a contratação direta ora pretendida.

III.2 APROVAÇÃO PELO CONSAD. FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DESNECESSIDADE.

28. Devidamente analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a contratação em tela, torna-se possível ao gestor avaliar a conveniência e oportunidade da contratação.

29. Caso conclua por dar andamento à contratação pretendida, é preciso que o Diretor Presidente avalie a necessidade de envio do presente protocolado para apreciação do Conselho de Administração da APPA – CONSAD.

30. No que se refere ao valor de alçada, conforme consta da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

O Conselho de Controle das Empresas Estatais – CCEE, editou Deliberação Normativa nº. 003/2019, que prescreve os seguintes percentuais e atribuições: “... Art. 6º -A competência para deliberar sobre a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

financiamentos, a assunção de obrigações em geral e a associação com outras pessoas jurídicas, deverá ser atribuída: IV – Ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do Capital Social integralizado da Companhia. Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos.

31. No presente caso, considerando que o valor da contratação é de R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais), não é necessária a aprovação pelo CONSAD.

32. Por fim, no que tange à elaboração de instrumento formal escrito (contrato), a Lei nº 13.303/2016 dispõe no art. 73:

A redução a termo do contrato poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

33. De acordo com o artigo supra, considerando que se trata de participação em curso com pronto pagamento e que da contratação direta almejada não resultarão obrigações futuras entre a CLG e a APPA, pode ser dispensada a formalização de instrumento contratual.

IV. CONCLUSÃO

34. Ante o exposto, conclui-se que o procedimento está apto a subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada acerca da contratação por inexigibilidade de licitação, enquadrando o serviço a ser prestado como “técnico especializado, com profissionais ou empresa de notória especialização”, notadamente de “treinamento e aperfeiçoamento de pessoal” (art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei nº 13.303/2016), não sendo necessária a aprovação da contratação pelo CONSAD, eis que o valor da contratação é de R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

35. Por fim, anote-se que caso a contratação se concretize, devem ser tomadas as demais providências atinentes às contratações diretas.

36. Assim, encaminhamos o presente para análise e aprovação pelo Diretor Presidente.

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES

ANALISTA PORTUÁRIO - ADVOGADO

LEANDRO BASTOS ANTUNES

PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

COMUNICAÇÃO INTERNA 1265/2024.

Documento: **PARECERINEXIGIBILIDADECURSOCLGPARECERJURIDICOSAP1000000009.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Leandro Bastos Antunes (XXX.479.199-XX)** em 19/02/2024 16:27.

Assinatura Simples realizada por: **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 19/02/2024 16:06 Local: APPA/DJU.

Inserido ao documento **753.317** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 19/02/2024 16:02.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

15cf51b972d7ed7f9330bfaedfb328db.